

A temática racial no debate internacional e a conceituação do termo estabelecida pela UNESCO na década de 1950

Fernanda Barros Santos

Resumo: Este artigo visa expor a elaboração do conceito de “raça” sob perspectiva da agência internacional Unesco, em meados da década de 1950. Haja vista o fenômeno do racismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Paralelamente, almeja discorrer sobre o olhar “positivado” das relações raciais brasileiras fundamentada pelo antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987) cuja repercussão culminou no Projeto Unesco. Assim, o artigo identifica a intelectualidade brasileira indicada pelo Projeto Unesco (1950) para confecção de estudos sobre a realidade nacional. Para finalizar, apresenta as diferentes concepções sobre raça que balizavam o debate da época.
Palavras-chave: Projeto Unesco, Freyre, Grant, racismo e eugenia.

Abstract: This article seeks to explain the development of the concept of “race” in the perspective of international agency UNESCO in the mid-1950s. Considering the phenomenon of racism and the Second World War (1939-1945). Meanwhile, aims to discuss the “sugar look” of Brazilian race relations founded by anthropologist Gilberto Freyre (1900-1987) whose repercussions culminated in UNESCO Project. Thus, the article identifies the Brazilian intelligentsia indicated by Unesco Project (1950) for making studies on the national reality. Finally, presents different conceptions about race from the period.

Key words: Unesco project, Freyre, Grant, racism, eugenics and UN.

A gênese da UNESCO

Este artigo objetiva expor a conceituação elaborada pela UNESCO, sobre o tema “raça” em 1950. Em adendo, visa discorrer sobre o porquê da resolução estabelecida pela Instituição internacional. Além disso, identifica a participação dos teóricos brasileiros na realização de estudos sobre as relações raciais nas principais capitais do país. Tendo em vista a repercussão das palestras, conferências, artigos e publicações feitas por Gilberto Freyre (1900-1987) no exterior, quanto as relações raciais democráticas brasileiras. Ao final, apresenta a discussão sobre as teses racialistas que balizavam o debate no período.

A pertinência deste estudo recai sobre a “racialização” das relações sociais em diversos países do mundo. Sabendo que sob o signo da “raça” foram suscitados conflitos e legitimados regimes raciais separatistas. Ainda sim, a perspectiva étnico-racial inicia uma complexa discussão a respeito das políticas públicas direcionadas aos grupos discriminados por sua origem étnica, a exemplo das ações afirmativas em voga no Brasil na atualidade.

Nesse sentido, em 4 de novembro de 1946, na cidade de Paris, foi criada a UNESCO, agência da ONU (Organização das Nações Unidas) voltada para educação, ciência e cultura. Neste período, contava com a adesão de vinte Estados Membros. Entre eles, França, Inglaterra, Estados Unidos, Grécia, Noruega, Bélgica, Países Baixos, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria e, em 1954, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). O acontecimento ocorreu no Hotel Majestic, o quartel general alemão durante a ocupação de Paris na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Julian Huxley, diretor-geral da instituição, (1946-1948) declarou que a escolha do Hotel como sede provisória da UNESCO teria simbolizado a transição de um período de guerra e racismo para um período de paz e cooperação (ELZINGA, 1996, pp. 165-166)¹.

Esta criação da ONU esteve associada ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), visto que, sob o estandarte da raça, formularam-se diferenças que permitiram a racialização das relações sociais (SILVÉRIO, 1999)². Além disso, o biólogo inglês e diretor-geral da UNESCO, Julian Huxley (1887-1975), na citação seguinte enfatizou quais seriam as funções da UNESCO para a humanidade: *“desde que a guerra começou na mente dos homens, é também na mente dos homens que a defesa da paz*

¹ ELZINGA, Aant. Unesco and the Politics of International Cooperation in the realm of science. In: Patrick Petitjean (ed.). Les Science Coloniales, figures et institutions. Paris: Ostorm Editions, 1996, p.163

² SILVÉRIO, V. R. Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1999.

mundial precisa ser construída” (UNESCO, HUXLEY, 1946, p.5)³.

Em 16 de dezembro de 1945, na cidade de Londres, a ONU sacramentou os princípios gerais da UNESCO apresentando a sua constituição ao mundo. Segundo a Instituição, alguns de seus princípios envolviam a livre reprodução de materiais científicos, por meio do intercâmbio de idéias entre as instituições de ensino e seus intelectuais, e o acesso livre de qualquer nação a publicações científicas que apresentassem descobertas que corroborassem o bem-estar da humanidade, principalmente, no que concernia a educação, ciência e cultura. Sendo assim, o órgão internacional explicitava que seus princípios deveriam pautar-se na defesa da paz mundial, no fim da intolerância racial, do racismo científico que fundamentou a desigualdade entre os homens, bem como das guerras entre os povos (Constituição da UNESCO, 1945, p.2)⁴.

Em linhas gerais, sob análise de Guimarães, este organismo específico de cooperação internacional gestado na ONU visava à difusão da cultura, a educação da humanidade para a justiça, liberdade e a paz. E sob os parâmetros da UNESCO, a paz global só poderia ser alcançada se estivesse calcada na solidariedade intelectual e moral entre os seres humanos (GUIMARÃES, 2004)⁵.

Em 24 de outubro de 1950, a UNESCO publicou no Jornal *Courier* o artigo intitulado “*There shall be peace*”⁶, de autoria do Secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Jaime Torres Bodet (1902-1974), conclamando o mundo a compartilhar o objetivo de paz mundial anunciado pela Instituição. Bodet asseverou que as Nações Unidas através deste documento buscavam reunir os países com vistas a eliminar as motivações político-econômicas e sociais que forneceram subsídios à Primeira (1914-1918) e à Segunda (1939-1945) Guerras-Mundiais. Ainda segundo Bodet, não haveria justificativas que validassem o derramamento de sangue e lágrimas de homens, mulheres e crianças no mundo, relembrando os cinco anos anteriores de terror global (BODET, UNESCO).

Em adendo, segundo Maio, Otto Klineberg (coordenador e diretor inte-

³ Segue a citação original do fragmento extraído do discurso de Julian Huxley; “Since wars begin in the minds of the men, it is in the minds of the men that the defences of the peace must be constructed.” Unesco Its Purpose And Its Philosophy. Preparatory Commission of The United Nations Educational Scientific And Cultural Organisation. Paris, 1946, p.5. UNESCO Archives. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000681/068197eo.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

⁴ Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Carta de Princípios. Londres, 1945. p.2. UNESCO arquivos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

⁵ GUIMARÃES, Antonio Sérgio. O Projeto UNESCO na Bahia. Comunicação ao Colóquio Internacional “O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois”, Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004.

⁶ UNESCO (1950) *There Shall be peace*. Courier. Paris, p.1., UNESCO archives. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000815/081580eo.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

rino do Departamento das Ciências Sociais) formulou um documento para UNESCO com uma série de propostas de combate ao racismo. Cabe dizer que neste encontravam-se referências ao manifesto contra o nazismo elaborado pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia presidida pelo antropólogo Arthur Ramos. O antropólogo brasileiro havia tecido inúmeras pesquisas na capital baiana quanto as suas relações raciais, bem como havia examinado o processo de aculturação e assimilação da cultura africana pela sociedade baiana. Por último, sugeriu a Instituição internacional a confecção de pesquisas concernentes as relações entre negros e brancos no Brasil. Ademais, na concepção de Maio, no comparativo das relações raciais entre Brasil e Estados Unidos, o órgão internacional já havia constatado, a partir das palestras e obras de Gilberto Freyre (1900-1989) e, sobretudo, a obra “Casa-Grande & Senzala” (1933), que no Brasil existiria uma grande harmonia entre os grupos étnicos (MAIO, 1997, pp.43-68).

É importante perceber que Gilberto Freyre inaugurou a leitura “adocicada” das relações raciais brasileiras. Na obra supracitada, as três raças são depositárias de contribuições imprescindíveis à nossa formação. Em seu ensaio, o autor reescreve as origens brasileiras, debruçando-se sobre o Nordeste monocultor, latifundiário e patriarcal, com vistas a descrever um país mestiço. O antropólogo atentou para a proximidade física entre senhor e escravo, cuja realização faz-se através da casa-grande e da senzala. Os dois primeiros elementos, senhor e escravo, adquirem papéis centrais em sua análise. E, sob seu exame, o *locus* de interação entre os dois possibilita o soterrar das animosidades entre os elementos distintos.

Freyre descortina em nossa convergência cultural prova fulcral do hibridismo brasileiro e assim, possibilita a leitura da democracia racial brasileira. A exemplo do banho de rio, hábito comum dos índios, mas incomum aos portugueses, que é incorporado à sociedade portuguesa. Em breves linhas: “*As primeiras gerações de mamelucos serviram de calço ou de forro para a grande sociedade híbrida que ia constituir-se. Mas, é a mulher gentia que irá introduzir valioso costume na cultura brasileira, na alimentação, no conhecimento de drogas ou remédios de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, utensílios de cozinha e a higiene do corpo, através do banho de rio*” (FREYRE, 1933, p.285).

Em última instância, Freyre procurou evidenciar as qualidades do português, ressaltando que este ator social não teria nutrido valores de raça “ariana” tão fortemente arraigada. De acordo com o autor, a localização geográfica intermediária na Europa fez com que o português fosse passível à mistura.

O negro africano, em sua análise, é figura de destaque, o teórico identificou a diversidade de negros africanos aqui transplantados e, além disso, almejava elevar a “raça negra” aos quesitos valorativos de civilização. Segundo o autor, por sua docilidade, beleza e inteligência, os negros africanos foram personagens centrais para o sucesso da empresa colonizadora portuguesa. Em seus termos: “*Para o Brasil vieram os escravos mais nobres,*

inteligentes capazes. O melhor da cultura negra da África” (Idem, p.472).

Contudo, os antagonismos de raça não deixam de ser descritos por Freyre. Em sua narrativa, a escravidão é exposta em minúcias, principalmente nas suas atrocidades. A dilaceração física e moral dos negros, as relações de concubinação entre senhor e escrava, os filhos bastardos que serviram como brinquedos para os filhos legítimos do patriarca, bem como a inveja acalentada pelas sinhás por suas escravas refletem os dilemas vivenciados no processo escravocrata. Em contraponto, o afeto nascido das relações sociais entre os elementos diferenciados evidenciam estes mesmos “antagonismos equilibrados”, na concepção do autor. De acordo com Freyre, os moços e as sinhás criadas pelas amas-de-leite muitas vezes as incorporavam à estrutura familiar como se fossem de sangue. E os filhos ilegítimos, eventualmente, recebiam o sobrenome de seus genitores e sua fortuna por herança (Idem, p.535). Em síntese, o autor apontou para a proximidade física e a fusão de culturas distintas, no qual as mediações entre culinária e religião descritas constituem provas cabais da interpenetração cultural do cotidiano brasileiro (FREYRE, 1936)⁷.

Ao fim e ao cabo, Freyre aspirava mostrar como a sociedade brasileira é harmônica, no que concerne as suas relações raciais. Nas suas palavras: “Somos duas metades confraternizadoras que se vêem mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas, quando nos completarmos num todo, não será o sacrifício de um elemento ao outro.” (FREYRE, 1933, p.535).

Sendo assim, as pesquisas no Brasil para a UNESCO ficaram a cargo do sociólogo Florestan Fernandes e Roger Bastide em São Paulo, em parceria com a Escola Livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo. Na Bahia, os estudos foram feitos com a participação do médico e antropólogo Thales de Azevedo em conjunto, com o norte-americano Charles Wagley. Cabe explicitar que o antropólogo Charles Wagley já havia elaborado pesquisas sobre a capital baiana sob patrocínio da Universidade de Colúmbia. Por outro lado, os antropólogos Gilberto Freyre e René Ribeiro foram responsáveis por Pernambuco e Recife. Por último, no Rio de Janeiro, o sociólogo, Costa Pinto havia sido elencado para o exame da capital. Para tanto, contou com a colaboração indireta do sociólogo Guerreiro Ramos, através das críticas apresentadas no Teatro Experimental do Negro (1933), no cerne dos resultados apresentados a UNESCO pelos teóricos nacionais (MAIO, 1997, pp.71-74).

Contrariando e perspectiva “adocicada” das relações sociais brasileiras, nos Estados Unidos, desde 1940, a concepção racialista legitimava relações

⁷ FREYRE, Gilberto (2004). Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15^o ed. São Paulo: Global. [1936]

assimétricas entre negros e brancos. Paralelamente, desde os tempos coloniais, na África do Sul as relações raciais também estavam pautadas em distinções étnicas entre os grupos supracitados, cujo ápice se deu com o regime do *apartheid racial*.

Em última instância, a UNESCO publicou o artigo intitulado “*The Will To Peace*”⁸. Este informativo da agência internacional, datado do dia 15 de outubro de 1950, assinalou o primeiro Congresso das Universidades latino-americanas, com vistas a criar convênios e cooperação entre as Universidades Latino-americanas e a UNESCO, incluindo Peru, Brasil e Guatemala. Por meio deste documento o órgão internacional assinalava seu objetivo em promover a ciência a favor da comunhão entre as nações (UNESCO, 1950).

Neste contexto inscreveu-se o complexo projeto iniciado pelas Nações Unidas, qual seja, o de mitigar os conflitos mundiais cunhados no ideário das diferenças étnico-raciais dos povos. Para tanto, a UNESCO realizou a primeira conceituação do termo raça.

A conceituação do termo “raça”

Então, em 18 de julho de 1950 Otto Klineberg, Diretor-interino da Unesco, divulgou a Primeira Declaração Sobre Raça (Statement on Race) e a partir desta afirmou que a humanidade estaria credenciada a usufruir, em igualdade de condições, dos direitos e da cidadania. Nesta perspectiva, o teórico postulou que a raça é tida menos como um fato biológico do que como um mito social. Cabe enfatizar que tal propósito contou com a participação de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, como biólogos, médicos, geneticistas, sociólogos e antropólogos. De acordo com a Unesco, a raça seria um conceito biológico que suscitaria a guerra entre os homens. Disto resultava a condenação veemente da doutrina eugênica nazista (UNESCO, 1950, p. 1).

Na definição de John Rex, embasada nas prescrições da UNESCO, to-

⁸ BODET, Torres. *The Will to Peace*. Courier, Paris, UNESCO archives 1/01/1950. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000749/074946eo.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

dos os seres humanos deveriam ser reconhecidos como pertencentes a uma mesma espécie, *Homo sapiens*, e provavelmente originários do mesmo tronco. Em termos científicos, as diferenças que existiriam entre grupos de seres humanos se deveriam ao “isolamento, à deriva e à fixação aleatória de partículas materiais que controlam a hereditariedade (os genes), a mudança na estrutura dessas partículas, à hibridização e a seleção natural (BOBBIO, 1986, p.637)⁹.

Ainda sim, segundo Rex, os conhecimentos atuais sobre o tema corroboram a suposição de que não existem provas de que os grupos humanos difiram em suas características mentais inatas, tanto no que se refere à inteligência quanto no que diz respeito ao temperamento (BOBBIO, 1986).

Nesses propósitos, a UNESCO postulava os novos paradigmas científicos sobre raça em que deveria pautar-se a humanidade, com vistas a dirimir as atrocidades cometidas sob o paradigma da intolerância racial. No entanto, convém explicitar que este debate teórico sobre as concepções eugênicas foi gerado sob chancela dos mesmos países participantes da agência internacional. O *métier* intelectual europeu e norte-americano acreditava que a matriz igualitária humanista apregoada pela Revolução Francesa (1789) não se sustentava mais face às discrepâncias sociais entre os homens, principalmente, quanto as suas produções tecnológicas. Sendo assim, segundo esta conceituação iluminista, todos os povos seriam iguais, todos pertenceriam ao gênero humano e teriam por direitos universais a igualdade e a liberdade. Todavia, como lidar com as diferenças entre os povos?

Este questionamento do iluminismo estaria afinado com o poligenismo, cujo principal defensor foi Voltaire (1694-1778). O poligenismo supunha que haveria múltiplos e independentes centros de criação da raça humana, e que nos mesmos poderiam ser encontradas sub-raças (semitas, negróides e eslavas) consideradas bestiais. Por outro lado, haveria as “raças superiores”, a “raça branca ariana”. Para Araújo, foi desconsiderado o sonho de uma fraternidade humana universal, somente os povos arianos reuniriam condições de suportar as exigências de civilidade e racionalização que asseguravam o ingresso na raça humana (ARAÚJO, 1994, p. 33)¹⁰.

Em contrapartida, Araújo explicita que outra corrente teórica iluminista, o monogenismo, propunha o embate de concepções. Esse conceito se reporta à existência de uma única origem para o gênero humano. Seu sistematizador foi Buffon (1707-1788). Este conceito aparentemente inofensivo incorre no erro de identificar estágios evolutivos peculiares aos seres humanos. Em outras palavras, uns povos teriam ritmos de evolução mais lentos, outros

⁹ BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Editora UNB – Imprensa Oficial. 2 Vols, 1986

¹⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Ed.34, 1994

mais rápidos, mas o ponto de chegada seria o desenvolvimento ariano ou indo-europeu. A partir desta premissa, todos os povos provêm da mesma raiz e, conseqüentemente, avançam na mesma direção. Conforme Araújo, ambas as correntes preconizam o determinismo biológico (ARAÚJO, 1994, p. 37).

As teorias racialistas e o determinismo biológico surgem em meio à constatação das diferenças físicas entre os membros da espécie humana, transformando-a em um projeto teórico universalizante que torna natural as diferenças, estabelecendo correlações entre as características fenotípicas e predicados morais (TODOROV, 1993; SCHWARTZ, 1993)¹¹. A partir da noção darwinista de sobrevivência do mais apto, naturalizavam-se questões relativas à ordem social, política e econômica, modificando-as em hierarquias naturais e culpando a natureza pelas desigualdades constituídas pela emergência do capitalismo. O evolucionismo tornou-se paradigma de uma época e a biologia teve papel fundamental em sua base científica.

Simultaneamente, a racialização dos povos rechaçava a prática política do colonialismo dos povos atrasados, bem como incitava no século XIX o nacionalismo dos povos envolvidos no processo de desenvolvimento científico e industrial no período. Para finalizar, se no século XVII, a palavra “raça” era usada para designar uma descendência comum de um conjunto de pessoas. E o uso dessa categoria explicava como os seres humanos teriam adquirido as características que os distinguiam. No século XIX a “raça” tornou-se um meio de classificar as pessoas por suas características físicas e respaldava as distinções entre os seus humanos (BANTON, 1979, p.39)¹².

Madison Grant ao escrever a obra *“The passing of great Race or the Racial Basis of European History”* (1921)¹³, postulou que as características físicas, morais e sociais eram transmitidas hereditariamente aos povos. Para ele, as populações alpinas possuíam habilidades para a agricultura, em detrimento da atividade marítima. Em simetria, ele enxergou na população ao Norte da Europa expoentes genuínos do “povo nórdico”. No, entanto, este grupo estaria espalhado por todo mundo e sua origem teria sido na Escandinávia. O destaque feito por Madison Grant foi para os povos germânicos, ingleses e irlandeses. Sob sua perspectiva, este grupo esteve sempre na composição dos navegadores, soldados, aventureiros e exploradores, mas também, estiveram entre os aristocratas, cujo *ethos* se conformaria na organização e no comportamento baseado em regras sociais. Em comparação, para o autor,

¹¹ TODOROV, T. Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993. vol1.
SCHWARTZ, L. M. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹² BANTON, M. A idéia de “raça”. Lisboa: Edições 70, 1979.

¹³ GRANT, M. The Passing of the Great Race, or The Racial Basis of European History . 4th revised. Edition, with prefaces by Henry Fairfield Osborn. London: Bell, 1921. (1ed.1916).

os povos do Mediterrâneo apresentariam habilidades cognitivas, porém não tão desenvolvidas como os primeiros. A exemplo desta premissa citou os gregos: Sócrates e Diógenes (GRANT, 1921, p.50).

Subjacente a esta constatação, Madison Grant afirmou que os nórdicos se orgulhavam da escolha democrática que teriam feito, pois lhes conferiria a liberdade social e religiosa. Convém dizer que na concepção do autor, os verdadeiros “nórdicos” seguiam a fé religiosa protestante, o que lhes garantiria a ponderação no comportamento e versatilidade. Em contraposição, ao catolicismo que de acordo com sua análise conduziria a submissão dos povos e a mediocridade (GRANT, 1921, pp.56-58).

Noutros termos, para o teórico, da confluência entre raça e nacionalidade se estabeleciam as condições fundamentais para o arranjo societal e governamental. As raças, a seu ver, apresentavam características determinantes para o progresso de uma nação, bem como para seu atraso. Assim como, o amálgama racial representava a debilidade ou a degeneração das “raças superiores”, quando dado a partir da mistura com as “raças inferiores”, a exemplo dos indivíduos pertencentes as regiões de altas temperaturas do globo. Sob sua concepção, a cor dos olhos, cabelos e pele estavam intimamente relacionadas a uma combinação harmônica que obedeceria as leis da natureza, principalmente a lei da seleção natural. E de acordo com este princípio biológico e social apresentaria certa incompatibilidade quando fosse experimentada em combinação desarmônica (*Idem*, p.15).

Além disso, o norte-americano descortinou que as características biológicas estavam acima das capacidades intelectuais dos indivíduos, mesmo que a esses fosse dado todo suporte educacional. Ao final e ao cabo, o intelectual acreditava que a esfera biológica se conformaria em um entrave ao desenvolvimento pleno das “raças inferiores”, pois determinariam sua influência nas ações do homem.

Madison Grant buscava estabelecer um apanhado histórico da genealogia do povo nórdico, desde a organização tribal até a consolidação da civilização, sob sua óptica. Neste âmbito, as diferenças entre os povos estiveram marcadas pelos traços biológicos, as tendências de temperamento do indivíduo, em consonância com a localização geográfica deste. Por isso, ao longo da obra, ele expunha que a migração das “raças inferiores” para qualquer nação desenvolvida colocaria em risco, as chances de manutenção do progresso social.

A eugenia, sob prisma de observação do autor, era uma profilaxia necessária a interpenetração das raças, ou seja, a esterilização dos nascidos proveniente dos “povos inferiores” que migravam para o território norte-americano deveria ser feita a partir do Estado. A ideia do autor é que este controle social recaísse não só sobre a taxa de natalidade, mas também sobre os criminosos, doentes e insanos. Haja vista que alguns nascimentos encerrariam debilidades físicas e mentais que atravancariam a organização social e os avanços da nação (GRANT, 1921, pp.50-51).

Em suma, o autor discorreu sobre as guerras realizadas dentro do conti-

nente europeu, dizendo que estas se fizeram no intuito de organizar o território e evidenciar os conflitos tribais dos povos nórdicos em busca do fortalecimento da nação, como bem representavam a consolidação da nação. E no tocante a colonização dos povos, assinalou a presença dos ingleses, germânicos, holandeses e franceses para o domínio de outros povos. Todo este processo demonstraria o domínio dos “impérios centrais” sobre os ‘povos periféricos’ (GRANT, 1921, pp. 228-233).

Todavia, rompendo com tais pressupostos, o antropólogo Franz Boas, ao inserir o *relativismo cultural*, possibilitou o desvencilhar entre os conceitos “raça” e “cultura”. Em outros termos, ao evidenciar que os povos deveriam ser observados no ambiente em questão, a seu ver nesse *locus* de apreciação seriam presenciadas as adaptações necessárias feitas por estes grupos e, ao mesmo tempo, vislumbradas as habilidades cognitivas destes.

Para que fosse efetuada qualquer análise, o intelectual assinalou que deveria haver a separação entre o aspecto biológico e o psicológico, pois ambos fariam parte de um âmbito maior das motivações de fundo social e econômico, enfim as implicações sociais. A diversidade de variáveis que deveriam ser constatadas impediriam um diagnóstico preciso sobre o dogma raciaalista da época (BOAS, 1940)¹⁴.

Contrariando as correntes raciaalistas e da eugenia, apresentou os principais grupos humanos existentes: brancos, negros e índios. Porém, seu ponto de vista avançou sobre o *melting pot*, ou seja, para Boas, a mestiçagem diluiria os aspectos predominantes em cada raça e acima de tudo, provaria que o mix racial não é prejudicial às culturas, de modo contrário ela enriqueceria a nação. A herança nórdica preconizada pelos arianistas teria sido interrompida pelo intercuro sexual com os seus povos vizinhos, incluindo os asiáticos. Por isso, Boas asseverou que estabelecemos “tipos ideais” para as localidades do mundo, quando, na verdade, elas representam uma combinação de variadas formas biológicas, não correspondendo, portanto, às construções sociais pré-definidas pela humanidade. Para o autor, as linhagens familiares não são homogêneas, a ancestralidade do indivíduo deslegitima o acalentado padrão racial (BOAS, 1940, p.27).

Ademais, o teórico explicitou que os fenômenos sociais são fundamentais para a análise do comportamento humano. As crises econômicas e sociais fizeram com que o indivíduo tivesse atitudes irracionais e fosse conduzido à guerra. Aliás, afirmou serem estas a causa da guerra entre os homens. Em perspectiva comparada, ele pontuou que a degeneração das raças nunca foi comprovada em bases empíricas estatísticas. O que para alguns foi definido como degeneração racial poderia ser caracterizado como variabilidade genética (*Idem*, p.28).

¹⁴ BOAS, Franz. *Race, Language and Culture*. Columbia University. The Macmillan Company, New York. 1940.

Outra ideia refutada por ele quanto à eugenia concernia à crença no desenvolvimento da espécie humana, o que deveria ser feito é o entendimento sobre os dilemas que mobilizam o sofrimento humano. Em outras palavras, as causas para a eugenia estariam na má nutrição ou nas condições patológicas de variância que repercutem diretamente no retardamento do crescimento humano, haja vista as díspares condições econômicas vivenciada pelos povos. Comparado às plantas, os seres humanos, a seu ver, estariam suscetíveis às variâncias ambientais intrínsecas ao meio. Os hábitos sociais delimitam a forma e a função do organismo humano, ou seja, influenciam-no em seu funcionamento pleno. As próprias feições faciais dependem da constituição física, mas principalmente do organismo e das expressões culturais originárias daquele arranjo grupal (*Idem*, pp.37-40).

Em síntese, as migrações internas e externas produziram um compósito racial distante de uma matriz racial única. O teórico preconizou a dissociação entre as características mentais e constituição física do homem, enquanto justificativa das ações humanas. Franz Boas discorreu que as duas variáveis quando comparadas provaram ser amostras empíricas artificiais que não comprovariam o determinismo biológico apregoado aos povos. Em linhas gerais, as disparidades creditadas entre os seres humanos não existiriam, pautado em tal afirmação, Boas na Universidade de Colúmbia corroborou ao desmoronamento das premissas racialistas vigentes no século XIX, bem como a conceituação estabelecida pela Unesco sobre o tema da “raça”.

Sendo assim, podemos inferir que a racialização das relações sociais entre os povos fora oriunda das teorias racialistas preditas, vislumbramos também que, de modo análogo, estas obedeciam aos interesses econômicos e sociais dos povos ditos “civilizados”. No entanto, a iniciativa da UNESCO em dirimir os conflitos gestados sobre o “estandarte da raça”, a partir de sua conceituação, aclarou o debate a respeito das diferenças físicas entre os povos, bem como rechaçou o respeito mútuo necessário para a convivência pacífica entre a humanidade.

Referências Bibliográficas

AANT, Elzinga. **Unesco and the Politics of International Cooperation in the realm of science.** In: Patrick Petitjean (ed.). *Les Science Coloniales, figures et institutions.* Paris: Ostorm Editions, p.163, 1996.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.** São Paulo: Ed.34, 1994.

BOAS, Franz. **Race, Language and Culture.** Columbia University. The Macmillan Company, New York. 1940.

BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Editora UNB – Imprensa Oficial. 2 Vols, 1986.

BODET, Torres. *The Will to Peace.* Courier, Paris, UNESCO archives 1/01/1950. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000749/074946eo.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

CORRÊA, Mariza. **Cartas marcadas: Arthur Ramos e o campo das relações raciais no final dos anos 1930.** Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Vol. 119, 1999. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_119_1999.pdf. Acesso em: 20 de março de 2012

CHOR, Maio. **Arthur Ramos e a militância na UNESCO.** Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Vol.119, 1999. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_119_1999.pdf Acesso em: 20 de março de 2012.

_____. **A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil.** Tese de Doutorado, Iuperj. Defendido em: 08/06/1997.

CONRAD, P. Kottak. **Charles Walter Wagley.** Proceedings of the American Philosophy Society. Vol.144, n^o.1, March 2000. Disponível em:
Acesso em:

DUARTE, Fernando Luís. **Arthur Ramos e a psicanálise no Brasil.** Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Vol.119, 1999. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_119_1999.pdf. Acesso em: 20 de março de 2012

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 20^o edição. Rio de Janeiro:

Editora Livraria José Olympio S.A., 1980. [1933]

_____. (2004). **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15^o ed. São Paulo: Global. [1936]

_____. (1922) “**Social Life in Brazil in the Midle of Nineteenth Century**” The Hispanic American Historical Review, vol.5, n^o 4, pp.597-630.

_____. (1939) “**The negro in Brazilian Culture**”. Inter- American Quaterly, vol.1, n^o1.

_____. (1940), “**Some Aspects os The Social Development of Portuguese America**”, in C. Griffin (org.), Concerning Latin American Culture. New York. Columbia University Press.

_____. (1945), **Brazil: Interpretation**. New York. Alfred A. Knop.

_____. (1948), “**Internatioalizing Social Science**”, in Handrill (ed.) Tensions That Causes Wars. Urbana, University of Illinois Press.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. O Projeto UNESCO na Bahia. Comunicação ao Colóquio Internacional “**O Projeto UNESCO no Brasil: uma volta crítica ao campo 50 anos depois**”, Centro de Estudos Afro-orientais da Universidade Federal da Bahia, entre 12 e 14 de julho de 2004.

GRANT, M. **The Passing of the Great Race, or The Racial Basis of European History**. 4th revised. Edition, with prefaces by Henry Fairfield Osborn. London: Bell, 1921. (1ed.1916).

LEVINE & PATAKI. **Racismo em Mente**. Trad. Fábio de Assunção Lombardi Resende- São Paulo: Madras, 2005.

MAUREL, C. Le rêve d’un “gouvernement mondial : des années 1920 aux années 1950. L’exemple de l’Unesco », Histoire@Politique. Politique, culture, société, N^o10, janvier-avril 2010.

METRAÚX, Alfred. Brazil Land of Harmony for all races? Courier, Paris, 1951, p.3, UNESCO archives. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000735/073516eo.pdf>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de. **A UNESCO e a ciência no Brasil: experiência de cooperação em instituições científicas no Rio de Janeiro**/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2004. Dissertação de Mestrado em História Comparada. Defendido em 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

RAMOS, Arthur. **“The question of races and the democratic world, in International Social Science Bulletin”**, vol.1, nºs, 3-4, p.9-14.

RIBEIRO, René. **Tempo de experiência**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.14/15, n.1/2, p. 83-100, 1983/1984.

SARAIVA, José Flavio Sombra (org.) **Relações Internacionais Contemporâneas**. Da construção do mundo liberal à globalização, de 1815 a nossos dias. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 241-277.

SILVÉRIO, V. R. **Raça e racismo na virada do milênio: os novos contornos da racialização**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1999.

SCHWARTZ, L. M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STODDARD, L. **The Rising Tide of Color against White-World Supremacy**. Brighton: Historical Review Press, 1981. (1.ed.1920).

TADEI, Emanuel Mariano. **A mestiçagem enquanto um dispositivo de poder e a construção de nossa identidade nacional**. Psicologia: ciência e profissão. V.22, nº 4. Brasília dez. 2002

THEML, N., Bustamante, R, M. da C. **História Comparada: Olhares Plurais. Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v.XXIX, n.2,p.7-22, 2003

UNESCO (1950) *There Shall be peace*. Courier. Paris, p.1., UNESCO archives. Disponível em:<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000815/081580eo.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

UNESCO (1946) *Its Purpose And Its Philosophy. Preparatory Commission of The United Nations Educational Scientific And Cultural Organisation*. Courier, Paris, p.5. Archives. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0006/000681/068197eo.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.

UNESCO (1945) *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Carta de Princípios*. Londres, 1945. p.2. UNESCO arquivos. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf> Acesso em: 1 de fevereiro de 2012.